

## COMISSÃO DE ÉTICA DE ENFERMAGEM DO HOSPITAL FLORIANÓPOLIS

### SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO II – DA NATUREZA E FINALIDADES.....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO .....</b>	<b>2</b>
<b>CAPÍTULO IV – DO FUNCIONAMENTO .....</b>	<b>3</b>
<b>CAPÍTULO V –DO PROCESSO ELEITORAL .....</b>	<b>4</b>
<b>CAPÍTULO VI – DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES .....</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>7</b>
<b>HISTÓRICO ALTERAÇÕES DO DOCUMENTO .....</b>	<b>7</b>

### **CAPÍTULO I** **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** O presente regimento estabelece o funcionamento da Comissão de Ética de Enfermagem - CEE do Hospital Florianópolis, em 06/12/2023, e define as atividades por ela realizadas .

### **CAPÍTULO II** **DA NATUREZA E FINALIDADES**

**Art. 2º** A Comissão de Ética de Enfermagem - CEE do Hospital Florianópolis, criada em 26/05/2015, de acordo com a Portaria do Coren-SC, rege-se por Regimento próprio, aprovado por meio de Consulta Pública com a Categoria, realizada no período de 11/12/2023 a 14/11/2023 na Instituição, atendendo as determinações da decisão Coren/SC nº 036/2022 aprovada pelo Plenário do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina - Coren-SC, em sua 614ª Reunião Ordinária de Plenário.

**Parágrafo único:** O Regimento Interno da Comissão de Ética de Enfermagem da Instituição Hospital Florianópolis, foi homologado pelo Plenário do Coren/SC em Reunião Ordinária N° ..... de ..... de ..... Aqui fica em branco e eu coloco essa data após passar o regimento na reunião ordinária de plenário do Coren.

**Art. 3º** - A CEE é um órgão representativo e subordinado ao Coren-SC, com funções educativa, consultiva, e de conciliação, orientação e vigilância ao exercício ético e disciplinar da Enfermagem, cujas ações deverão ser fundamentadas no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e nas demais legislações vigentes.

**§ 1º** Entende-se a função de conciliação no caso de questões de conflitos interprofissionais que não envolvam terceiros.

**§ 2º** As CEE devem estabelecer relação de autonomia e imparcialidade com as Instituições com serviços de Enfermagem, bem como resguardar o sigilo e discrição nos assuntos vinculados às condutas de caráter ético e disciplinar dos profissionais de Enfermagem.

**Art. 4º** - A atuação da CEE limita-se ao exercício ético-legal dos profissionais da Enfermagem nas áreas de assistência, ensino, pesquisa e administração.

**Parágrafo único:** As condutas da CEE são orientadas pelas determinações, resoluções e pareceres do Conselho Federal de Enfermagem e do Coren-SC.

### CAPÍTULO III

#### DA ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO

**Art. 5º** A Comissão de Ética de Enfermagem (CEE) será composta por profissionais de Enfermagem legalmente habilitados e regularmente inscritos no Coren-SC e que atendam os seguintes critérios:

- I. Manter vínculo empregatício junto à instituição;
- II. Possuir, no mínimo, 1 (um) ano de efetivo exercício profissional, independente do local onde esse foi exercido;
- III. Possuir situação regular junto ao Coren-SC em todas as categorias que esteja inscrito;
- IV. Não possuir condenação transitada em julgado em processo administrativo e/ou ético nos últimos 5 (cinco) anos;
- V. Não possuir anotações de penalidades junto ao seu empregador nos últimos 5 (cinco) anos.

**Art. 6º** A constituição da CEE é definida por meio de eleição direta e secreta, sendo os candidatos eleitos, por seus pares, por voto facultativo.

§1º Nas instituições de saúde civis, não havendo inscritos para o processo eleitoral, os membros da CEE poderão ser designados pelo Enfermeiro Responsável Técnico (RT) ou gerência de Enfermagem, que deverá consultar seu interesse e examinar se os candidatos preenchem os critérios estabelecidos neste Regimento.

§2º - A CEE será constituída por no mínimo 3 (três) e no máximo 11 (onze) profissionais de Enfermagem, facultada a eleição/designação de suplentes, sempre respeitando o número ímpar de efetivos na soma de representantes Enfermeiros e Obstetizes (Grupo 1) e de Técnicos e Auxiliares de Enfermagem (Grupo 2).

§3º - A CEE será composta por presidente, secretário e membros, dentre os profissionais mais votados, cabendo ao Enfermeiro com maior número de votos o cargo de presidente.

§4º - No caso de os integrantes serem designados, cabe ao Enfermeiro RT/Gerência de Enfermagem a definição dos efetivos, suplentes, bem como dos cargos de presidente e secretário.

**Art. 7º** O mandato dos membros da CEE – eleitos ou designados – será de 3 (três) anos, admitida apenas uma reeleição ou recondução.

**Art. 8º** O afastamento de integrantes da CEE poderá ocorrer por término de mandato, afastamento temporário, desistência ou destituição.

§1º Entende-se por término de mandato, quando os integrantes da CEE concluírem o período de gestão estabelecido em sua Portaria de Designação.

§2º Entende-se por afastamento temporário quando o integrante da CEE se afastar por tempo determinado, no máximo, por um período de quatro meses, ou quando estiver sendo submetido a processo ético ou a processo administrativo/disciplinar.

§3º Entende-se por desistência a declinação de seu cargo por qualquer um dos integrantes da CEE, a qual deverá ser comunicada, oficialmente, à Presidência da CEE, por escrito.

§4º Entende-se por destituição o afastamento definitivo do integrante da CEE, que se dará por decisão da maioria simples dos membros da CEE, em Reunião, constando o fato em ata.

- I. A destituição ocorrerá nos seguintes casos:
  - a) Ausência, injustificada, em três reuniões consecutivas e/ou alternadas;
  - b) Não estar em pleno gozo dos seus direitos profissionais;
  - c) Ter sido condenado em processo ético, civil ou penal;
  - d) Ter sido condenado em processo administrativo na instituição.
- II. A destituição implica na perda do direito a nova candidatura para integrar a CEE por, no mínimo, 3 (três) anos.

§5º Independente do tipo de afastamento, no caso de membro efetivo, a Presidência da CEE comunicará o fato à Comissão de Ética do Coren/SC (CEC) no prazo de até 30 dias, informando o

nome do profissional que assumirá a vaga, para que sejam realizados os devidos encaminhamentos e providenciada nova Portaria de designação da CEE.

§6º No caso de afastamento temporário, desistência ou destituição, a substituição será feita pelo respectivo suplente.

§7º Não havendo suplente para assumir a respectiva vaga, o Enfermeiro RT/Gerência de Enfermagem da instituição poderá indicar novo membro.

**Art. 9º** Evidenciada a desistência ou destituição de membro(s) da CEE, de modo que impossibilite seu quórum mínimo, de acordo com o §3º do Art. 5º, a Presidência da CEE, em conjunto com o Enfermeiro RT/Gerência de Enfermagem da instituição, deverá, de imediato, documentar e comunicar à Comissão de Ética do Coren-SC as circunstâncias e a extinção da referida CEE, e promover um novo processo eleitoral na instituição.

#### **CAPÍTULO IV DO FUNCIONAMENTO**

**Art. 10º** A CEE deve exercer suas funções dentro dos limites legais e éticos da profissão, com autonomia, independência e solidariedade às demais profissões e comissões na instituição.

**Art. 11º** A CEE reunir-se-á, ordinariamente, a cada 30 dias, sob convocação da Presidência, conforme cronograma e pauta pré-definidos e aprovados pelos membros da comissão.

§1º Poderão ocorrer reuniões extraordinárias, convocadas pela Presidência ou por autoconvocação pela maioria simples dos seus integrantes ou pelo Coren/SC.

§2º O quórum mínimo para as reuniões, verificado até 15 minutos após a hora marcada para o seu início, é de maioria simples dos membros efetivos ou de seus suplentes quando na condição de substituto.

§3º É indicada a participação dos membros suplentes em todas as reuniões, independentemente de estarem ou não substituindo membros efetivos.

**Art. 12º** As reuniões da CEE serão lavradas em ata, constando a relação dos presentes, as justificativas dos ausentes, o registro das decisões tomadas e os encaminhamentos a serem realizados.

§1º As decisões da CEE serão tomadas por maioria simples de seus membros efetivos.

§2º Em caso de empate, a Presidência exercerá o voto de minerva.

§3º Os suplentes possuirão direito a voz em todas as reuniões e direito a voto quando estiverem substituindo o titular.

**Art. 13º** Situações e/ou denúncias recebidas deverão ser apuradas pela CEE, a qual deverá proceder o devido encaminhamento, de acordo com sua natureza.

§1º Situações e/ou denúncias de natureza administrativa deverão ser encaminhadas ao Enfermeiro RT/Gerência de Enfermagem para que sejam realizados os devidos encaminhamentos estabelecidos pela instituição;

§2º Situações e/ou denúncias de natureza ético-disciplinares deverão ser remetidas à Comissão de processos éticos do Coren-SC para avaliação dos procedimentos cabíveis. Além disso, um breve relato e os encaminhamentos adotados deverão ser informados, por escrito, ao Enfermeiro RT/Gerência de Enfermagem da instituição;

§3º Em caso de situações de menor gravidade, que não tiverem acarretado danos a terceiros, a CEE poderá promover a Conciliação entre as partes envolvidas e encerrar o procedimento, sempre com o devido assentamento ou devido registro;

**§4º** Em caso de situações e/ou denúncias que não apresentarem indícios de infração, a CEE deverá realizar o arquivamento do feito, sempre com o devido assentamento ou devido registro.

## **CAPÍTULO V**

### **DO PROCESSO ELEITORAL**

**Art. 14º** As eleições para constituição da CEE deverão ser convocadas até 60 (sessenta) dias antes do pleito, mediante edital público, firmado pelo Enfermeiro RT/Gerência de Enfermagem a ser fixado em todos os setores em que sejam prestados serviços de Enfermagem na instituição.

**Parágrafo único:** Toda a documentação relativa ao processo de implantação ou renovação da CEE deverá ser inserida no Sistema de Comissões de Ética do Coren-SC (SCE), de modo que a Comissão de Ética do Coren-SC possa acompanhar os trâmites legais.

**Art. 15º** O Enfermeiro RT/Gerência de Enfermagem designará uma Comissão Eleitoral, composta por 3 (três) integrantes, garantindo-se a inclusão de, no mínimo, um profissional do Grupo 1 (enfermeiro e/ou obstetriz) e um profissional do Grupo 2 (técnico e/ou auxiliar de Enfermagem).

**§1º** É incompatível a condição de membro da Comissão Eleitoral com a de candidato.

**§2º** O Enfermeiro RT/Gerência de Enfermagem não poderá participar na composição da CEE durante o exercício do cargo.

**Art. 16º** A Comissão Eleitoral será responsável para conduzir os trabalhos de divulgação, organização, realização do pleito, apuração e divulgação dos resultados e pela posse.

**§1º** Cabe à Comissão Eleitoral receber os pedidos de inscrição, examinando se os candidatos preenchem os requisitos estabelecidos neste regimento, na Resolução Cofen 593/2018 e na Decisão Coren-SC 036/2022.

**§2º** Os profissionais de Enfermagem deverão candidatar-se individualmente, sem formação de chapas, inscrevendo-se junto à Comissão Eleitoral, em até trinta dias após a publicação do edital para formação de candidatos.

**§3º** A relação dos nomes dos profissionais inscritos como candidatos deverá ser inserida no Sistema de Comissões de Ética do Coren-SC (SCE), de modo que um fiscal possa analisar e certificar sua condição de elegibilidade.

**§4º** As eleições deverão ocorrer, no mínimo, 07 dias após a certificação dos inscritos como candidatos aptos pelo fiscal.

**§5º** O voto será por meio de cédula impressa, depositado em urna indevassável, ou por meio digital.

**§6º** A eleição se processará, preferencialmente, em 1 (um) dia, das 08:00 horas às 20:00 horas, garantindo-se a participação no pleito de todos os profissionais de Enfermagem da instituição.

**§7º** A apuração será pública e na presença dos candidatos concorrentes ou de observadores.

**Art. 17º** A eleição somente terá legitimidade se o número de votantes for no mínimo a metade mais um, por nível profissional.

**Parágrafo único:** Quando o número de votantes for inferior ou igual ao número de não votantes dentre os profissionais ativos na instituição, deverá ocorrer um novo pleito no respectivo nível profissional.

**Art. 18º** Serão considerados eleitos, como membros efetivos, os candidatos que obtiverem o maior número de votos por nível profissional, seguido de seus membros suplentes na mesma ordem decrescente.

**§1º** Em caso de empate entre 02 (dois) ou mais candidatos da mesma categoria, o desempate será realizado levando em consideração o critério de maior tempo de exercício profissional na instituição, por categoria eleita. Persistindo ainda empate, será considerado eleito o profissional com maior tempo de inscrição junto ao Coren/SC.

**§2º** Os candidatos que receberam votos e não foram eleitos como membros efetivos ou suplentes deverão ser relacionados na ata da eleição e constar da lista dos resultados das eleições a ser encaminhada ao Coren/SC. Esses poderão ser chamados para assumir o mandato quando não houver suplentes para substituir membros em caso de afastamento, desistência ou destituição.

**Art. 19º** O RT/Gerência de Enfermagem proclamará os resultados das eleições, através de edital interno, no primeiro dia útil após o seu recebimento.

**Parágrafo único:** Os recursos relativos ao pleito somente serão recebidos pela Comissão Eleitoral se entregues oficialmente até 48 horas após a publicação dos resultados pelo RT/Gerência de Enfermagem.

**Art. 20º** Após realizadas todas as ações educativas, de sensibilização, e cumpridos os prazos legais para inscrição de candidaturas para a CEE, e não havendo interessados para o pleito, o Enfermeiro RT/Gerência de Enfermagem deverá designar os profissionais para compor a CEE da instituição.

**§1º** Havendo inscritos, mas, em número inferior ao quantitativo estabelecido neste Regimento, o Enfermeiro RT/Gerência de Enfermagem deverá designar profissionais para completar a composição da CEE;

**§2º** No caso de designação dos membros da CEE, por inexistência ou insuficiência de candidatos, a Comissão Eleitoral deverá emitir documento, relatando procedimentos e resultados do processo realizado na instituição, o qual deverá ser inserido no SCE para ciência da Comissão de Ética do Coren-SC.

**Art. 21º** A homologação da composição da CEE deverá ocorrer mediante Portaria emitida pela Presidência do Coren-SC, após a aprovação do processo eleitoral pela Comissão de Ética do Coren-SC, seguida de aprovação pelo Plenário do Coren/SC.

**Art. 22º** Os integrantes da CEE serão empossados em cerimônia oficial pela Presidência do Coren-SC ou por representante por ela designado,

**Parágrafo único** – Somente após a cerimônia de posse, a CEE estará oficialmente autorizada para iniciar as atividades e os trabalhos da Comissão.

## **CAPÍTULO VI DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES**

**Art. 23º** São atribuições específicas dos membros da CEE:

- I. Representar o Conselho Regional de Enfermagem de sua jurisdição na instituição em se tratando de temas relacionados à divulgação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem;
- II. Divulgar e zelar pelo cumprimento da Legislação de Enfermagem ora vigente;
- III. Identificar as ocorrências éticas e disciplinares na instituição onde atua;
- IV. Receber denúncia de profissionais de Enfermagem, usuários, clientes e membros da comunidade relativa ao exercício profissional da Enfermagem, fazendo os devidos encaminhamentos;
- V. Elaborar relatório restrito à narrativa dos fatos que ensejaram a denúncia, anexando documentação se houver relativa a qualquer indício de infração ética;

- VI. Encaminhar o relatório ao Conselho Regional de Enfermagem e ao Enfermeiro RT/Gerência de Enfermagem da instituição para conhecimento, nos casos em que haja indícios de infração ética ou disciplinar;
- VII. Propor e participar, em conjunto com o Enfermeiro RT/Gerência de Enfermagem e Enfermeiro responsável pelo Serviço de Educação Permanente de Enfermagem, de ações preventivas e educativas sobre questões éticas e disciplinares;
- VIII. Promover e participar de atividades multiprofissionais referentes à ética;
- IX. Assessorar a Diretoria/Gerência/Coordenação de Enfermagem da Instituição, nas questões relativas à ética profissional;
- X. Divulgar as atribuições da CEE;
- XI. Participar das atividades educativas do Conselho Regional de Enfermagem de sua jurisdição e atender as solicitações de reuniões e convocações inerentes às atribuições da CEE, inclusive promover e participar de treinamento e capacitação;
- XII. Apresentar anualmente relatório de suas atividades ao Enfermeiro RT/Gerência de Enfermagem da instituição de saúde;
- XIII. Encaminhar anualmente ao Coren/SC e à Gerência do Órgão de Enfermagem, o planejamento das atividades a serem desenvolvidas e o relatório das atividades do ano anterior até 1º de março;
- XIV. Solicitar assessoramento da Comissão de Ética do Coren/SC (CEC) em caso de necessidade;
- XV. Confeccionar e/ou manter atualizado o Regimento Interno da CEE, observando normativas do Cofen e do Coren-SC;
- XVI. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e da Decisão do Coren/SC vigente.

**Art. 24º** Compete a Presidência da CEE:

- I. Convocar e presidir as reuniões;
- II. Propor a pauta da reunião;
- III. Propor a redação de documentos que serão discutidos e submetidos à aprovação;
- IV. Representar a CEE junto ao Órgão de Enfermagem da entidade;
- V. Representar ou indicar representante, onde se fizer necessária a presença ou a participação da CEE;
- VI. Encaminhar as decisões da CEE, segundo a indicação;
- VII. Elaborar, juntamente com os demais membros da Comissão, o planejamento e o relatório anuais, garantindo o envio de uma cópia, até o dia 1º de março de cada ano ao Enfermeiro RT/Gerência de Enfermagem;
- VIII. Representar o Coren/SC em eventos, segundo a solicitação.

**Art. 25º** Compete ao Secretário da CEE:

- I. Secretariar as reuniões da CEE, redigindo atas e documentos; II – providenciar a reprodução de documentos;
- II. Encaminhar o expediente da CEE;
- III. Arquivar uma cópia de todos os documentos recebidos e produzidos pela CEE;
- IV. Presidir as reuniões nos impedimentos da Presidência;
- V. Representar a CEE nos impedimentos da Presidência.

**Art. 26º** Compete aos membros efetivos da CEE:

- I. Participar, através de voto, das decisões a serem tomadas pela CEE;
- II. Comunicar à Presidência quando impedido de comparecer à reunião, observando as condições necessárias a viabilizar a presença do suplente.

**Art. 27º** Compete aos membros suplentes da CEE:

- I. Substituir os respectivos membros efetivos nos seus impedimentos.

**Art. 28º** Compete aos membros efetivos e suplentes da CEE:

- I. Comparecer e participar das reuniões da CEE;
- II. Emitir parecer sobre as questões propostas;
- III. Participar de reuniões ou programações relacionadas à ética, promovidas pela CEE ou por outras entidades;
- IV. Representar a CEE quando solicitado pela Presidência;
- V. Participar, através de voto, das decisões a serem tomadas pela CEE;
- VI. Garantir a presença do suplente quando impedido de comparecer à reunião;
- VII. Participar da elaboração do planejamento e relatório anuais;
- VIII. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e as demais normas relativas ao exercício ético-profissional.

## **CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 29º** Este regimento poderá ser alterado por proposta da CEE, do RT/Gerência de Enfermagem ou da Comissão de Ética do Coren/SC.

**Parágrafo único:** As alterações serão submetidas à aprovação da categoria na instituição e à homologação do Plenário do Coren/SC.

**Art. 30º** O Enfermeiro RT/Gerência de Enfermagem da entidade garantirá as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades da CEE.

**Art. 31º** Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Ética do Coren-SC e, em caso de dúvidas ou divergências, serão encaminhados para decisão pelo Plenário do Coren/SC.

**Art. 32º** Este Regimento Interno se baseia nas orientações do Modelo de Regimento Interno aprovado pela Decisão Coren/SC nº 036/2022, de 23 de agosto de 2022.

## **HISTÓRICO DE REVISÃO**

<b>Revisão</b>	<b>Alterações</b>
00	Definição da rotina.

<b>Validação técnica:</b>	<b>Assinatura:</b>	<b>Nº do documento:</b> CEE 02
David Molina Carneiro Enfermeiro Responsável Técnico Coren/SC nº120.485		
<b>Aprovação final:</b>	<b>Assinatura:</b>	<b>Nº da revisão:</b> 00
Bruno Kröeff Bergesch Diretor Técnico Médico		
Karin Cristine Geller Leopoldo Direção Geral		<b>Data da R00:</b> Data da assinatura implementação

**Revalidação:** Documento se encontra vigente e não há necessidade de adequações por no máximo 03 ciclos de 12 meses.

<b>Assinatura</b>	<b>Assinatura</b>	<b>Assinatura</b>